



Brito & Sukiennik

Advogados Associados

Ano II Edição nº 019 Brasília, dezembro de 2009

Notícias do Escritório

- Advogados relatam resultado de encontro realizado na Argentina
- Sukiennik representa Ordem em palestra no MDIC
- Ibama discute investimento em tecnologia espacial
- Entrevistas à TV Justiça

Comércio Exterior

- APEX-Brasil prevê que país atrairá US\$ 40 bi em investimentos estrangeiros diretos em 2010
- Mercosul Digital introduz pequenos empresários no mundo do comércio eletrônico

Judiciais

- STF cassa liminar e Sean viaja com o pai para EUA

Brazilian Issues

- Brazil's Senate approves Venezuela in Mercosur
- WTO authorizes Brazil sanctions over U.S. cotton
- Brazil Supreme Rules for Extradition of Italian Ex-Guerrilla. He Should Stay Anyway

América do Sul - Política

- Indefinição gera impasse sobre eleições ao Parlasul
- Trabalhadores domésticos poderão ter regras comuns no Mercosul

Meio Ambiente

- Lula sanciona lei que cria fundo climático
- Riqueza ameaçada
- Brasil impulsa ley sobre acuífero Guaraní

Advogados relatam resultado de encontro realizado na Argentina

A presidente da OAB/DF, Estefânia Viveiros, recebeu na sede da entidade, na noite de quinta-feira [05/11/2009], a visita dos integrantes da Comissão de Relações Internacionais da Seccional Bernardo Pablo Sukiennik e Rafaela Brito. Eles participaram de um encontro de advogados em Buenos Aires, Argentina, e relataram o que foi discutido.

Além de Sukiennik e Rafaela, também participaram do encontro os advogados Antônio Borges, Priscila Mendes e Adriana Diaz. Todos ministraram palestras no evento, realizado em 28 de setembro, no Colegio Público de Abogados de la Capital Federal, entidade argentina equivalente à Ordem dos Advogados do Brasil.

Alguns dos temas debatidos foram o exercício da profissão de advogados estrangeiros no Brasil, a validade dos títulos universitários dentro da América do Sul e Direito Ambiental Internacional.

Presente

Sukiennik aproveitou o encontro com Estefânia Viveiros para entregar dois livros à presidente, a pedido do Colegio Público de Abogados. Um deles aborda os 20 anos da entidade e outro fala das legislações relativas à prática da advocacia na Argentina. Estefânia ficou honrada com a lembrança e sugeriu que iniciativas como essa sejam fortalecidas para aumentar o intercâmbio entre os sul-americanos.

Foto: Valter Zica/OAB-DF



Fonte: ASSESSORIA DE IMPRENSA DA OAB/DF. Advogados relatam resultado de encontro realizado na Argentina. **Site oficial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Distrito Federal**. Brasília, nov. 2009. Disponível em: http://www.oabdf.org.br/152/15201004.asp?ttCD_CHAVE=96114

Sukiennik representa Ordem em palestra no MDIC

Os advogados Eduardo Grebler e Francisco Victor Bouissou ministraram palestra nesta terça-feira [10/11/2009] no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em Brasília. Eles abordaram a Convenção de Viena sobre Compras e Venda Internacional de Mercadorias. O membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF Bernardo Pablo Sukiennik representou a entidade no evento.

A Convenção de Viena regulamenta a relação entre compradores e vendedores internacionais, sem criar obrigações para o Estado. Seu objetivo é compatibilizar critérios entre os diversos sistemas jurídicos mundiais. Ambos os palestrantes destacaram que a convenção não fere o direito brasileiro sobre compra e venda. Na opinião deles, a adesão do Brasil oferecerá segurança jurídica e incentivará o comércio internacional do País.

Foto: Valter Zica/OAB-DF



Fonte: ASSESSORIA DE IMPRENSA DA OAB/DF. Sukiennik representa Ordem em palestra no MDIC. **Site oficial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Distrito Federal**. Brasília, nov. 2009. Disponível em: http://www.oabdf.org.br/152/15201004.asp?ttCD_CHAVE=96296

Ibama discute investimento em tecnologia espacial

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis organizou, nesta terça-feira [24/11/09], no auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia, reunião preparatória para apresentar o empreendimento Complexo Terrestre “Cyclone-4”. A tecnologia é fruto de um acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia que visa a promover serviços de lançamentos comerciais, principalmente para a exploração espacial, em Alcântara, no Maranhão.

A integrante da Comissão de Direito Ambiental da OAB/DF Rafaela Brito acompanhou a reunião e afirma que esse projeto é de extrema importância. “Dessa forma, poderíamos monitorar as queimadas, além de diminuir o atraso brasileiro na área espacial”, afirma. Está marcada para o dia 18 de dezembro uma audiência pública no Congresso Nacional para discutir o tema.

Foto: Valter Zica/OAB-DF



Fonte: ASSESSORIA DE IMPRENSA DA OAB/DF. Ibama discute investimento em tecnologia espacial. **Site oficial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Distrito Federal**. Brasília, nov. 2009. Disponível em: http://www.oabdf.org.br/152/15201004.asp?ttCD_CHAVE=97277

A advogada Rafaela Brito falou à Tv Justiça sobre a possibilidade de concessão de liminar para evitar que se prejudique o meio ambiente e sobre a prevalência do direito coletivo em detrimento do individual. Veja o vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=zbiZBAX6ocU>

Bernardo Pablo Sukiennik, por sua vez, comentou os institutos: “asilo político” e “refúgio” em meio aos debates sobre o caso Cesare Battisti. <http://www.youtube.com/watch?v=-N-xgRwyT1U>

Indefinição gera impasse sobre eleições ao Parlasul

A falta de uma lei para regulamentar as primeiras eleições de brasileiros para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) - que deveria ter sido aprovada neste ano, para vigorar em 2010 - gerou um impasse sobre a representação nacional no novo órgão legislativo regional. Na opinião de parlamentares brasileiros que já integram o Parlasul, indicados por seus partidos, as primeiras eleições diretas poderão ocorrer em 2012, paralelamente às eleições municipais, ou apenas em 2014, juntamente com as eleições gerais.

A definição da data só ocorrerá depois do estabelecimento das regras para a escolha dos futuros integrantes do Parlasul. A tese predominante até o momento é a de eleição dos parlamentares por meio de listas fechadas nacionais, apresentadas pelos partidos políticos, segundo consta de parecer elaborado pelo relator do projeto de regulamentação das eleições, deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Mas também há possibilidade de se estabelecer um número mínimo de vagas por cada estado brasileiro, para que todo o país se envolva no processo de integração.

- À medida que perdemos o prazo para as eleições de 2010, acho que agora o Congresso brasileiro pode definir o assunto com calma. Se for o caso, podemos realizar eleições em 2012, juntamente com as eleições municipais. O problema é que ainda não foram definidas as normas. Esta indefinição é que acabou atrasando o Congresso brasileiro. Agora temos tempo, que virá a nosso favor. Acredito que 2012 poderia ser uma boa data para a eleição dos representantes brasileiros - afirmou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Seu otimismo em relação a 2012 não é compartilhado pelo próprio relator do projeto, que participa nesta segunda-feira [30/11/2009], juntamente com Zambiasi, de mais uma sessão do Parlasul, em Montevideu. Em sua opinião, a eleição de parlamentares do Mercosul é um tema nacional, que não combinaria com a natureza local das eleições municipais.

- Realmente, a situação não é nada fácil. O protocolo de criação do parlamento mandava ter eleições até 2010 no Brasil. Como o Mercosul é um tema nacional, será difícil tratar dele em 2012, quando haverá eleições municipais. Hoje não vejo boa perspectiva para as eleições ao Parlamento do Mercosul no Brasil. Até porque teremos de definir a proporcionalidade no próximo ano, que será um ano de eleições - avaliou Rosinha, lembrando da indefinição a respeito do estabelecimento do número de cadeiras que serão destinadas a cada país no Parlasul.

Além das possibilidades de realização de eleições em 2012 ou 2014, ainda haveria o risco de não ocorrer tão cedo a escolha direta, pela população brasileira, de seus representantes no parlamento regional. Esta é a opinião do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem os grandes partidos políticos teriam interesse na manutenção do atual sistema, de indicação dos parlamentares que integram o Parlasul.

- Esta é uma decisão política que está sendo postergada e há razões para isso, que não compartilho. Trata-se de uma perspectiva de poder dos maiores partidos, que preferem talvez um processo de indicação, o que não contribui para o avanço do Parlamento do Mercosul, mas que dá mais controle da situação. Este é um processo que diminui o parlamentar, que está aqui [em Montevideu] sem as credenciais dadas pelo povo brasileiro. Não sei o que poderá acontecer em 2012, tudo é uma decisão política - disse Mesquita.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Indefinição gera impasse sobre eleições ao Parlasul. **Site oficial do Senado Federal do Brasil**. Brasília, nov. 2009. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/agencia/vernoticia.aspx?codNoticia=97859&codAplicativo=2>

Trabalhadores domésticos poderão ter regras comuns no Mercosul

As relações de trabalho dos empregados domésticos poderão ser regidas por normas comuns nos quatro países - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - que integram o Mercosul. As regras constam de projeto de norma que define o Regime Laboral do Pessoal de Serviço Doméstico, aprovado na noite desta segunda-feira [30/11/2009] pelo Parlamento do Mercosul, em Montevideu.

Apresentado pela deputada argentina Mabel Müller, o projeto havia sido aprovado na manhã desta segunda-feira pela Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social. O projeto de norma será encaminhado ao Conselho do Mercado Comum, que poderá transformá-lo em uma decisão do próprio conselho. Neste caso, a decisão terá de ser referendada pelos parlamentos de cada país membro, para se tornar lei.

Segundo o projeto, presume-se uma relação de serviço doméstico quando ocorra o trabalho em dias fixos da semana no domicílio do empregador, com habitualidade horária de entrada e de saída. Entre as obrigações do empregador, destacam-se no projeto as de prover alimentação e moradia, "sã e suficiente", adequada às necessidades do trabalhador, e de pagar diariamente os gastos de transporte do trabalhador, desde a sua residência ao local de trabalho, na ida e na volta.

A jornada de trabalho diária, ainda de acordo com o projeto, será de no máximo oito horas diárias, com um descanso de meia hora. Por outro lado, os trabalhadores poderão integrar-se a associações sindicais.

Na opinião do deputado George Hilton (PRB-MG), que participou da reunião da comissão, o projeto pode ser considerado um passo adiante em relação às atuais regras que regulamentam o trabalho doméstico.

- É um avanço na área trabalhista, uma grande demanda que o Mercosul terá nos próximos anos. Além dos direitos que já são garantidos em alguns países, como férias, 13º salário e contribuição para a aposentadoria, nesta proposta abre-se também a possibilidade de se criar um sindicato para a categoria, o que é algo novo - afirmou o deputado.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Trabalhadores domésticos poderão ter regras comuns no Mercosul. **Site oficial do Senado Federal do Brasil**. Brasília, nov. 2009. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/agencia/vernoticia.aspx?codNoticia=97880&codAplicativo=2>

APEX-Brasil prevê que país atrairá US\$ 40 bi em investimentos estrangeiros diretos em 2010

Cruzando dados da Organização Mundial das Agências de Promoção de Investimentos, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), do Banco Mundial, e de bancos centrais de diversos países, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Alessandro Teixeira, informou que, em 2010, o Brasil deve atrair cerca de US\$ 40 bilhões em investimentos estrangeiros diretos. O número posicionaria o país como um dos mais competitivos em atração de investimentos, superando Rússia e Índia. Durante entrevista coletiva para a imprensa nacional e estrangeira, realizada nesta segunda-feira (14/12), na sede da Apex-Brasil, em Brasília, Teixeira revelou que, em 2008, o mundo atraiu US\$ 1,8 trilhão em investimentos. Em 2009, a crise derrubou o número para US\$ 1,2 trilhão. Em 2010, a previsão é de recuperação da economia, a partir do segundo semestre, levando os investimentos mundiais a US\$ 1,5 trilhão. "Países como China, Índia e Brasil serão os responsáveis por essa recuperação. Percebemos uma queda média de 60% na capacidade de atração de investimentos de países como França e Inglaterra. O Brasil deverá atrair US\$ 40 bilhões em 2010, a Índia, US\$ 36 bilhões e a Rússia US\$ 40 bilhões. A China, mais de US\$ 100 bilhões", explicou Teixeira. O país que mais perdeu competitividade na atração de investimentos foi os Estados Unidos que, em 2008, atraiu US\$ 319 bilhões, e fechará 2009 com US\$ 120 bilhões. No ano que vem, com a recuperação econômica, os norte-americanos atrairão US\$ 170 bilhões. Balanço - Teixeira apresentou os principais resultados da Apex-Brasil em 2009: a Agência apoiou 9,4 mil empresas de 74 setores da economia brasileira e foi responsável por 15,61% das exportações do país, o equivalente a US\$ 23,67 bilhões. Além disso, capacitou 2,4 mil empresas para a exportação, por meio do Projeto de Extensão Industrial Exportadora, e implantou três projetos de atração de investimentos nos estados (Pernambuco, Bahia, Pará e Minas Gerais). A Agência gerou, também, exportações em cinco centros de negócios, localizados em Miami, Havana, Dubai, Pequim e Varsóvia, e planeja a abertura de mais três, em Bruxelas, Luanda e Moscou. Realizou 842 eventos, entre missões comerciais, feiras, projetos compradores e vendedores, e de imagem do país no exterior. No âmbito de organizações internacionais, foi eleita pelo Banco Mundial a segunda melhor agência no mundo em atendimento a investidores e assumiu a presidência da Rede Ibero-Americana de Organismos de Promoção Comercial (Redibero). Em 2008, a agência havia sido eleita para a presidência da Organização Mundial das Agências de Promoção de Investimentos (Waipa). Exportações - Assim como nos investimentos, o presidente da Apex-Brasil espera uma recuperação das exportações brasileiras no ano que vem. Segundo Teixeira, para atingir a meta de US\$ 168 bilhões em exportações estipulada pelo governo, a Agência auxiliará os setores da economia com informações sobre os mercados prioritários e com a resolução de alguns problemas na exportação. "Além do trabalho constante de promoção das exportações e de atração de investimentos, vamos modernizar nossa gestão dos sistemas de informação, incentivar as exportações de micro e pequenas

empresas por meio das tradings e das comerciais exportadoras e fomentar o processo de internacionalização das empresas brasileiras”, informou Teixeira.

Fonte: COMEX-DF. APEX-Brasil prevê que país atrairá US\$ 40 bi em investimentos estrangeiros diretos em 2010. **Site da COMEX-DF**. Brasília, dez. 2009. Disponível em: http://www.comex-df.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=961:apex-brasil-preve-que-pais-atraira-us-40-bi-em-investimentos-estrangeiros-diretos-em-2010&catid=92:parceiros-do-brasil

Mercosul Digital introduz pequenos empresários no mundo do comércio eletrônico

Wellington de Castro é proprietário de uma oficina mecânica e loja de autopeças em Taguatinga, a Mekatronik Serviços Automotivos. No mercado há três anos, ele compra peças pela Internet até no exterior. O empresário reconhece a força do Comércio Eletrônico e sempre teve vontade de participar dele não só como comprador, mas também como vendedor. O que faltava era informação. Isso até ele participar do Ciclo MPE.net 2009 – Ciclo de Seminários de Comércio Eletrônico para Micro e Pequenas Empresas, realizado em Brasília, e receber as orientações necessárias para levar sua loja para o mundo virtual. O seminário faz parte do road-show nacional, promovido há seis anos pela Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (camara-e.net), em parceria com o Sebrae, os Correios e o projeto Mercosul Digital, que percorre o país estimulando a inserção das micro e pequenas empresas no Comércio Eletrônico. Durante as palestras são apresentadas ferramentas de marketing e de logística que possibilitam a utilização da rede mundial de computadores como um poderoso instrumento de vendas sem a necessidade de grandes investimentos de recursos. Depois de conhecer os conceitos, ferramentas e estratégias fundamentais para o sucesso do empreendedorismo na Internet, o empresário ficou convencido de que é um meio seguro de fazer negócios e que é completamente viável participar do comércio virtual. "A venda no balcão é limitada. É restrita a um grupo pequeno de consumidores. Na Internet posso aumentar substancialmente meu volume de vendas e o faturamento da empresa e, ainda, divulgar os serviços da oficina", afirmou. O empreendedor já começou a colocar em prática os ensinamentos, já está fazendo algumas modificações no site da empresa para adaptá-lo para as vendas e começa a se preparar para abrir novos mercados e fazer negócios pela rede. "Possuo peças difíceis de ser encontradas no mercado e vou disponibilizá-las na Internet como atrativo para loja", disse. "Quero começar 2010 já participando do Comércio Eletrônico", garantiu. Desde que começou a fazer compras pela Internet, Wellington já chegou a fazer pagamentos de produtos que não recebeu e a experiência o deixava inseguro para participar do comércio eletrônico. Isto até receber orientações precisas sobre pagamento online que, segundo avaliou, vão lhe garantir fazer compras mais seguras pela Internet. "Aprendi a identificar se a loja existe e se o vendedor é idôneo. O conhecimento disponibilizado vai me ajudar a me precaver também como comprador", disse. Assim como Wellington, cerca de 200 empresários de micro e pequenas empresas da capital receberam informações sobre temas variados: Introdução ao Comércio Eletrônico; Infraestrutura do e-commerce (Hardware, Banda Larga, Registro de Domínio, Hospedagem e Lojas Virtuais); Meios de Pagamento (Cartão de Crédito e Pagamento Online); Logística (Entrega de Produtos); Webmarketing (Links Patrocinados, Comparação de Preços, Cruzador de Ofertas, Shopping Online e Publicidade Online); Exportação e Linhas de Financiamento (Mercosul Digital, Exporta Fácil dos Correios - Portal da Exportação e Entrega Internacional e Linhas de Financiamento do Banco do Brasil). "Pra mim tudo era novidade, então fiquei em todas as palestras e aproveitei ao máximo todas as informações oferecidas", declarou. Depois do que ouviu, Wellington decidiu procurar o Banco do Brasil para buscar mais informações sobre importações e exportações, que é uma área de interesse do empresário, e o Sebrae no Distrito Federal para ajudá-lo a implantar os ensinamentos que o farão abrir sua loja para o mundo.

Fonte: COMEX-DF. Mercosul Digital introduz pequenos empresários no mundo do comércio eletrônico. **Site da COMEX-DF**. Brasília, dez. 2009. Disponível em: http://www.comex-df.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=942:mercosul-digital-introduz-pequenos-empresarios-no-mundo-do-comercio-eletronico&catid=79:eventos-no-df

Lula sanciona lei que cria fundo climático

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei 12.014/09). A sanção foi publicada no Diário Oficial da União, quinta-feira [10/12/09], e ocorre no momento em que representantes de diversos países discutem as transformações no clima na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague [Dinamarca].

O fundo busca assegurar recursos para projetos e ações que contribuam para a mitigação da mudança do clima e adaptação a seus efeitos. O texto da lei determina que o fundo ficará vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e será administrado por um comitê formado por representantes do governo federal e da sociedade civil.

Os recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, sob a forma de empréstimo ou apoio não reembolsável, poderão ser aplicados na análise de impactos, projetos de redução de gases de efeito estufa e na formulação de políticas públicas, entre outros.

De acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente, dos 10% destinados ao ministério pela Lei 9.478, que regula a cadeia produtiva do petróleo, 6% irão para o novo fundo. Ele será formado ainda por recursos de fontes como o orçamento da União, doações e empréstimos de entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas. O agente financeiro será o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: CONJUR. Lula sanciona lei que cria fundo climático. **Página Oficial do CONJUR**. Brasília, dez. 2009. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2009-dez-11/lula-sanciona-lei-cria-fundo-nacional-mudancas-climaticas>

Riqueza ameaçada

O governo federal prorroga uma norma ambiental que pode reduzir a produção de alimentos no Brasil. Mas o mais urgente ainda está por ser feito: reformar o confuso Código Florestal.

O governo prorrogou, na semana passada, uma medida que coloca na ilegalidade 90% dos produtores rurais do país. A norma exige de todos os proprietários a comprovação de que suas terras possuem reserva legal, sob pena de receberem multas diárias de até 500 reais por hectare. A reserva legal, prevista no Código Florestal, é uma área preservada que deve ocupar 80% de cada fazenda no bioma amazônico, 35% no cerrado e 20% no resto do país. O registro da reserva legal equivale a forçar os produtores a criar provas contra si próprios, já que são raros os que mantêm essas áreas intocadas em suas terras. O governo não eliminou essa aberração jurídica no novo decreto, e o prazo de dois anos para se adequar à norma só vale para os agricultores que assinarem um compromisso de regularização da reserva legal. Quem não puder fazê-lo - ou não quiser aceitar o confisco de, no mínimo, um quinto de sua propriedade para fins ambientais - ficará sujeito a autuações, a multas e ao embargo de sua produção. Bom apenas no papel, o Código Florestal está em descompasso com a realidade do campo, o que põe em risco um setor econômico responsável por mais de um terço da pauta de exportações brasileira.

Até 2001, as proporções para as reservas legais eram de 50% para as propriedades situadas na Amazônia e 20% para as localizadas no cerrado. Uma alteração na lei elevou essas porcentagens e, nos últimos dois anos, foram apresentadas quase duas dezenas de propostas de alteração do código na Câmara dos Deputados. Nenhuma delas conseguiu unir ruralistas e ambientalistas em torno de uma solução que concilie a preservação ambiental com a viabilidade do agronegócio. Com as exigências atuais, porém, o Código Florestal não pode ser aplicado sem que obrigue muitos agropecuaristas a reduzir sua produção. Dessa comprovação nasceu neste ano o seguinte debate: considerando todas as leis ambientais e correlatas, quanto ainda sobra de terra no Brasil para a agricultura e a pecuária? Um estudo feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu que a soma das áreas já conservadas por lei com aquelas previstas pela norma do código e o território ocupado por áreas urbanas e infraestrutura resultaria em uma diminuição de 28 milhões de hectares para o agronegócio. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) chegou à conclusão oposta: que ainda haveria uma sobra de pelo menos 51 milhões de hectares para a expansão agrícola. A divergência reside, grosso modo, na maneira de calcular a área que as reservas legais ocupariam caso fossem respeitadas: o MMA faz a estimativa apenas sobre a área total das atuais propriedades rurais, enquanto a Embrapa leva em consideração todo o território nacional.

Mesmo se ainda existir espaço para ampliar o agronegócio, o fato incontestável é que isso não valeria para as regiões agrícolas cuja ocupação se deu há mais de quatro décadas. Nesses lugares, situados em sua maioria no Sul e no Sudeste, cumprir o Código Florestal significaria substituir áreas tradicionais de cultivo e pastagem por reflorestamento com árvores nativas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, as reservas legais são praticamente inexistentes. Para cumprir essa regra, seria preciso transformar 20% da área agrícola do estado em florestas, o que representaria um prejuízo equivalente a 7,6% do PIB anual gaúcho e a eliminação de 778 000 empregos. Em São Paulo, o agronegócio deixaria de faturar 8 bilhões de reais por ano. "Para além dos prejuízos imensos, isso teria um efeito negativo sobre o ambiente, porque tudo o que deixar de ser plantado no Sul e Sudeste vai migrar para as novas fronteiras agrícolas, onde a terra é mais barata e a fiscalização ambiental menos eficiente", diz o engenheiro agrônomo José Sidnei Gonçalves, pesquisador do Instituto de Economia Agrícola, em São Paulo. Ou seja, recuperar a reserva legal nessas regiões de colonização antiga aumentaria, indiretamente, o desmatamento na Amazônia.

Outro ponto de discussão no Código Florestal são as regras para as áreas de preservação permanente (APPs), que têm funções ecológicas especiais, como proteger as nascentes e os terrenos íngremes. O fato de APPs e reservas legais serem complementares - a mata nativa à beira de cursos de água, por exemplo, não pode ser contada como reserva - diminui ainda mais a porção agricultável das propriedades. Para completar, e aí está o nó principal, muitas áreas de cultivo tradicionais estão situadas em APPs. Boa parte do arroz do Rio Grande do Sul é plantada em várzeas, margens de rio sujeitas a inundações. Já as uvas da Serra Gaúcha, as maçãs de Santa Catarina e o café do sul de Minas Gerais são cultivados em terrenos acidentados - encostas e topos de morro, também considerados APPs. "A solução é simples: quem conseguir comprovar que sua produção na margem de um rio ou na encosta de um morro é tradicional e não tem impacto ambiental será liberado", diz Tasso Azevedo, ex-diretor do Serviço Florestal Brasileiro, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Fácil dizer, difícil fazer. Para um agricultor, talvez seja preferível deitar no pasto na rota de um estouro de boiada a entrar em um órgão de fiscalização ambiental para pedir qualquer tipo de autorização. A burocracia e a má vontade são tantas que existe gente esperando há mais de um ano por uma permissão para instalar uma simples bomba no rio para fazer irrigação de sua lavoura. "E não é só isso: como a lei ambiental brasileira é dúbia e sem rigor científico, há muito espaço para corrupção e favorecimento pessoal por parte dos fiscais", diz o advogado paulista Francisco de Godoy Bueno, diretor do Instituto Brasil de Direito Ambiental e Agrário. Tido como o celeiro do mundo e dono de uma biodiversidade invejável, o país precisa equilibrar agropecuária com defesa ambiental. Mas não é esmagando os homens do campo que vai conseguir atingir o ponto perfeito.

Fonte: REVISTA VEJA. Riqueza ameaçada. **Página Revista Veja**. Brasília, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=28900>

Brasil impulsa ley sobre acuífero Guaraní

El gobierno de Brasil impulsa una reforma de la Constitución por la cual las aguas del Acuífero Guarní, una de las mayores reservas del mundo, pasarán a ser del estado federal y dejarán de pertenecer a las provincias. "Lo ideal es que la Unión tenga el dominio del acuífero Guaraní, pero es entendible la preocupación de los estados no quieren ceder ese bien" declaro a Folha de Sao Paulo el presidente da Agencia Nacional de Aguas (ANA), José Machado.

El gobierno impulsa un Proyecto de Enmienda Constitucional (PEC) 43, a ser presentado a comienzos de 2010, iniciativa en la que se establece que la Unión será titular de los recursos acuíferos subterráneos. Según expertos consultados por ese diario el acuífero es una de las mayores reservas de aguas subterráneas del mundo con capacidad para abastecer a 400 millones de personas durante unos 2.500 años.

El 71% del acuífero Guaraní, de 1,2 millones de km², se encuentra en Brasil pero sus aguas también irrigan a parte de Paraguay, Argentina y Uruguay. El relator del proyecto, senador oficialista Renato Casagrande, declaró haber realizado audiencias con representantes de la sociedad civil y gobierno, y admitió que aún no hay consenso sobre el tema. Sólo dos estados, San Pablo y Rio de Janeiro, ya cobran por el uso de aguas subterráneas.

El potencial de recaudación por el suministro de aguas subterráneas es 5 veces mayor que el monto recaudado actualmente por la provisión de aguas de superficie.

Fonte: ANSA. Brasil impulsa ley sobre acuífero Guaraní.. **Página OFICIAL LA MIGALHAS**. Argentina, dec. 2009. Disponível em: http://la.migalhas.com/mostra_noticia.aspx?cod=99206

STF cassa liminar e Sean viaja com o pai para EUA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, amparado em decisões da Corte, cassou liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio e determinou a entrega do menor Sean Goldman ao pai David Goldman, que deve retornar aos Estados Unidos. Clique [aqui](#) e [aqui](#) para ler as medidas cautelares.

As decisões foram tomadas em dois pedidos de Mandados de Segurança ajuizados na Corte, respectivamente, pela Advocacia-Geral da União e pelo pai biológico de Sean. Os mandados de segurança questionam decisão do ministro Marco Aurélio nos autos do HC 101.985, que suspendeu determinação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região autorizando o retorno do menino, e permitiu sua permanência com a família materna, no Rio de Janeiro.

Em sua decisão, o ministro Gilmar Mendes cita seis razões para acatar o pedido da União e do pai biológico

de Sean e cassar a liminar que suspendeu a decisão do TRF-2. O ministro lembra, em primeiro lugar, que o caso já foi amplamente debatido no próprio STF por ocasião do julgamento da ADPF 172, ajuizada pelo Partido Progressista (PP) contra a aplicação da Convenção de Haia, que trata do sequestro internacional de crianças. Na ocasião, os ministros não conheceram da ADPF e se manifestaram no sentido de que deveria ser cumprido o que fosse decidido pelas instâncias ordinárias da Justiça.

Ficou evidenciado também à época que Habeas Corpus não era o instrumento jurídico adequado para contestar a decisão do TRF-2. Para o ministro Gilmar Mendes, não existe ilegalidade ou abuso de poder na decisão do TRF-2 que determinou o retorno de Sean aos EUA, "exigível para a concessão da medida liminar deferida no Habeas Corpus ora impugnado". O ministro considerou que já existe uma sentença de juiz federal do Rio de Janeiro e acórdão do TRF, "que definem no mérito a situação jurídica dos autos, com determinação de entrega imediata do menor S.R.G. ao pai biológico e o problemático tumulto processual evidenciado nos autos" .

O ministro também analisou o pedido da avó de Sean, Silvana Bianchi, para que ele pudesse expressar livremente à Justiça sua vontade, e que foi uma das razões para que o ministro Marco Aurélio deferisse a liminar a seu favor. Segundo Gilmar Mendes, essa questão já foi debatida pelo TRF-2, no julgamento de mérito do caso. "Restou claro, pelo que consta do laudo pericial, que o menor não está apto a decidir sobre o que realmente deseja, seja pelas limitações de maturidade inerentes à sua tenra idade, seja pela fragilidade de seu estado emocional, seja, ainda, pelo fato de já estar submetido a processo de alienação parental por parte da família brasileira", diz claramente o acórdão do TRF-2.

Gilmar Mendes conclui:

- "a) que já houve sentença e acórdão de mérito nos autos da ação de busca, apreensão e restituição do menor e que a jurisprudência desta corte já assentou, na ADPF 172/RJ e no HC 99.945/RJ, competir às instâncias ordinárias a resolução do caso;
- b) que o ato atacado em sede de Habeas Corpus não demonstra qualquer ilegalidade ou abuso de poder, restringindo-se a atacar os contornos fáticos definidos pelas instâncias ordinárias;
- c) que a única alteração do quadro fático, desde o julgamento da ADPF 172/RJ e do HC 99.945/RJ, foi a prolação do acórdão em favor da União, mantendo-se o mérito decidido pela sentença;
- d) que o acórdão do TRF da 2ª Região assentou que, nos termos do julgamento do CC 100.345/RJ (STJ), assegura-se um acordo de visitação entre os parentes brasileiros e americanos, para a garantia do fomento da continuidade das relações familiares."

Histórico

No dia 1º de junho, o juízo de primeira instância da Justiça Federal no Rio de Janeiro decidiu que a guarda do menino cabia ao pai e autorizou sua viagem para os Estados Unidos. Dias depois, o Tribunal Regional Federal no Rio de Janeiro suspendeu a decisão em caráter liminar, até que o caso fosse julgado de maneira definitiva pela Justiça Federal. Ao julgar o mérito do recurso, no dia 16 de dezembro, quarta-feira, o TRF-2 confirmou o entendimento de primeira instância de que a guarda da criança era de seu pai biológico e determinou que Sean fosse entregue ao consulado americano para viajar para os Estados Unidos no prazo de 48 horas.

Antes do prazo, a avó do garoto entrou com um Habeas Corpus no STF pedindo pelo direito da criança de se pronunciar à Justiça e que o garoto deve permanecer no Brasil até a análise do mérito do HC. A avó sustentava que a criança, registrada como brasileira, deve ter sua vontade conhecida antes de se mudar para os Estados Unidos. Na quinta-feira, 17 de dezembro, ao apreciar o pedido de liminar do HC impetrado pela avó, o ministro Marco Aurélio, revogou a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e determinou que o garoto permanecesse no Brasil.

Sean nasceu nos Estados Unidos, filho do americano David Goldman e da brasileira Bruna Bianchi. Há 5 anos o garoto veio para o Brasil com a mãe e não mais retornou aos EUA. Já no Brasil, Bruna Bianchi se separou de David e se casou com o advogado João Paulo Lins e Silva. Em 2008, após a morte de Bruna, o padrasto ficou com a guarda provisória da criança.

David Goldman, no entanto, entrou na Justiça reivindicando a guarda do filho e seu retorno aos Estados Unidos. Desde então, pai e o padrasto travam uma batalha judicial pela guarda do menino. O caso começou na Justiça estadual do Rio e depois passou para a competência federal. Goldman alega que o Brasil viola Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças, ao negar seu direito à guarda do filho. Já a família brasileira do garoto diz que, por "razões socioafetivas", ele deve permanecer no país. Por força da

Convenção a União, através da AGU, defende a entrega do menino a seu pai biológico.

Cronologia

- **1º de junho** – O juiz Rafael Pereira Pinto, da 16ª Vara do Rio de Janeiro, determina que Sean retorne aos Estados Unidos.
- **2 de junho** – O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, concede liminar para que Sean fique no Brasil.
- **10 de junho** – Liminar do Tribunal Regional Federal da 2ª Região garante a permanência no Brasil
- **16 de dezembro** – O Tribunal Regional Federal da 2ª Região decide que a guarda de Sean pertence ao pai, David Goldman, e dá 48 horas para que a família brasileira entregue o menino.
- **17 de dezembro** – O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, dá liminar pedida pela avó para que o menino permaneça no Brasil enquanto não for ouvido pela Justiça
- **22 de dezembro** – O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, cassa a liminar do ministro Marco Aurélio e determina que o garoto retorne aos EUA.

MS 28.524

MS 28.525

Fonte: CONJUR. STF cassa liminar e Sean viaja com o pai para EUA. **Página do CONJUR.** Brasília, dez. 2009. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2009-dez-22/gilmar-mendes-cassa-liminar-autoriza-viagem-sean-eua-pai>

Brazil's Senate approves Venezuela in Mercosur

Brazil's Senate on Tuesday approved Venezuela's request to join the South American trade bloc Mercosur despite concerns over President Hugo Chavez's restraints on democracy.

The Senate voted 35-27 in favor of Venezuela joining the 18-year old customs union. The proposal must now be approved by Paraguay's parliament before Venezuela can join. Paraguay is the only other member country that had not yet approved it.

At stake are huge investments and trade with the OPEC nation and potentially Venezuela's geopolitical ties to the region. President Luiz Inacio Lula da Silva has lobbied hard for Venezuela to the join the group that is made up of Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay. Chile, Bolivia, Peru, Ecuador and Colombia are associate members.

The Lula administration has been eager to expand Mercosur as a counter-balance to trade interests of industrialized nations.

Some analysts said that denying Venezuela membership could isolate Chavez from South America and push him to deepen ties with distant allies such as Iran, Russia, and China.

Opposition senators who voted against the proposal said Venezuela did not comply with Mercosur's democratic principles because Chavez did not respect constitutional rights of opposition politicians and suppressed the media.

Critics also said Venezuela's haphazard economic policy, which includes the nationalization of several industries, could further undermine the unity of Mercosur.

"Unity, what unity," asked Brazilian Industry Minister Miguel Jorge said on Tuesday in reference to a host of trade spats within Mercosur.

"I'm for Venezuela's entry but (Mercosur) needs to be taken serious," he told reporters.

Brazil has a trade surplus of around \$5 billion a year with Venezuela, with Brazilian contractors holding \$20 billion worth of orders for public works projects there. (Reporting by Raymond Colitt)

Source: Reino Unido - Agência Reuters. Brazil's Senate approves Venezuela in Mercosur. **Website of the Ministry of External Relations.** Brasilia, Dic. 2009. Available on:

http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=650751

GENEVA (Reuters) - The World Trade Organization authorized Brazil Thursday to impose trade sanctions on the United States over its support for cotton, as Brazil ratcheted up pressure on Washington over the illegal subsidies.

But Brazil is not yet ready to levy the sanctions, as it considers which U.S. products to target and analyses U.S. data on subsidies which will determine the size of retaliation.

The formal move at the WTO's dispute settlement body (DSB) brought Brazil one step closer to retaliating against the United States, the world's biggest cotton exporter, in the highly sensitive 9-year-old row.

The reduction of rich countries' cotton subsidies is seen by developing countries as the litmus test of efforts to reform the world trading system in the WTO's Doha round, with African producers in particular demanding radical change.

Brazil's request to go ahead and impose sanctions, following an award by WTO arbitrators on August 31, responds to the U.S. failure to comply with earlier WTO rulings condemning the subsidies, which distort the world market for cotton, hurting farmers in poor countries.

But U.S. WTO diplomat Juan Millan told the dispute body that Washington did intend to comply with the rulings and so Brazil would not need to levy the sanctions.

"While the United States understands that the DSB will today be authorizing the suspension of concessions or other obligations, we do not believe that it will be necessary for Brazil to exercise that authorization," he said in a statement.

He said imposing sanctions could hurt the economies of both the United States and Brazil.

SCALE OF RETALIATION

The arbitrators allowed Brazil, the second biggest cotton exporter, in some circumstances to "cross-retaliate" against goods other than cotton, or even in services or intellectual property such as patents on [drugs](#). "he said in a statement."

One source at Brazil's WTO mission said that any retaliation would not take effect until after that consultation concluded.

Meanwhile Brazilian officials are calculating the scale of any retaliation on the basis of a formula set by arbitrators.

The arbitrators allowed Brazil to impose sanctions worth \$147.3 million a year for subsidies such as marketing loans and counter-cyclical payments that the WTO had previously found hurt Brazil's own industry.

In addition they allowed it to impose a variable amount to compensate for prohibited export credit guarantees known as GSM 102 payments, depending on the size of those payments.

For the fiscal year ended September 2006, that compensation would be \$147.4 million, making total retaliation of around \$300 million, but at the time of the arbitration award Brazil said it would be entitled to about \$800 million in sanctions this year.

The Brazil mission source told Reuters that the United States had just provided data on the prohibited export subsidies for the fiscal year ended September 2008, but this now needed to be analyzed.

Source: EUA - The Washington Post. WTO authorizes Brazil sanctions over U.S. cotton. **Website of the Ministry of External Relations.** Brasilia, oct. 2009. Available on:

http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=641282

Brazil Supreme Rules for Extradition of Italian Ex-Guerrilla. He Should Stay Anyway

By 5 votes to 4 the Brazilian Supreme Court (STF) ruled that former Italian guerrilla Cesare Battisti, condemned in Italy for killing four people, should be extradited to Italy. The president of the Supreme Federal Tribunal, Gilmar Mendes, gave the decisive vote.

Everybody in the Lula administration was betting that Battisti would be allowed to stay in Brazil. Mendes sided with four other judges in favor of extradition: Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto and Ellen Gracie. On the other side were Cármen Lúcia, Eros Grau, Joaquim Barbosa and Marco Aurélio Mello.

Although the Supreme's decision seemed to put an end to the long and heated process moreover because Lula had vowed to follow the Court's decision nobody knows what's going to happen to the ex-terrorist. After deciding to extradite the Italian the Supreme court went on to rule, again 5 to 4, that Lula should have the last word in the matter.

The consensus seems to be that Lula will keep Battisti in Brazil invoking humanitarian reasons. Everybody in government, some of them former guerrillas themselves, seem to sympathize with someone Rome sees as a criminal but many Brazilians view as a freedom fighter.

One example of this government fondness for Battisti is the political asylum given the man by Justice minister, Tarso Genro, in 2007, interrupting the extradition process initiated by the Italian government.

In doing so Genro, a former activist from the Left, went against the recommendation by the Refugees National Committee (Conare), which opposed the move. The minister was accused of protecting someone he admired since Battisti used to belong to the far-left group Armed Proletarians for Communism (Proletari Armati per il Comunismo) or PAC.

Gilmar Mendes had opposed Genro's decision. In his vote, this Wednesday, Mendes argued that the murders for which Battisti was charged were not political crime and therefore not deserving of political asylum.

Earlier in the process, the government of Italy protested and even summoned the Brazilian ambassador in Rome to hear his explanation and show its outrage.

PAC lasted from 1976 to 1979 and was charged with a series of armed attacks. Battisti was sentenced to life in prison for four murders that occurred between 1977 and 1979.

He denies he killed anyone and says that when the crimes occurred he had already left the group. Battisti has expressed often his fear that he will be killed if sent back to Italy.

Brazilian analysts believe that Lula will keep Battisti in Brazil. But instead of having him as a political refugee the government might find a solution that would be palatable to Rome. "Nobody in the government thinks that Battisti should go back to Italy," a government interlocutor told Rio's daily O Globo.

Without anticipating what Lula will do the minister of Institutional Relations, Alexandre Padilha hinted at a solution that would please Battisti: "The Supreme acknowledged that the decision over Battisti is up to the president. This was already what minister Tarso Genro believed from the start. But as of now there is no position on what will be the president's decision."

Lula is not talking. But since his short visit to Italy last weekend he seems to have decided that the best is to keep Battisti in Brazil.

As expected the opposition in Congress applauded the Supreme Court's decision. Ronaldo Caiado, the DEM's leader, thinks that the STF should not only approve the extradition but also order Lula to comply with the ruling.

The pro-government side on the other hand lamented that the Supreme decided to interfere in the matter. The STF shouldn't even discuss the subject, said Cândido Vacarezza the Workers Party's leader.

"It doesn't seem right for the Supreme to express an opinion over an issue that it is not going to decide, which is the President's prerogative. The Supreme became smaller," said Vacarezza.

"I applaud the STF's decision, but I do not understand why we should leave this decision in the president's hands. He (Battisti) is a common criminal," reacted Caiado.

Source: Written by Émerson Luiz. Brazzilmag. Brazil Supreme Rules for Extradition of Italian Ex-Guerrilla. He

Contato

Brito & Sukiennik - Advogados Associados

www.advogadosdomercosul.com

www.abogadosdelmercosur.com

www.mercosurlawyers.com

SEPS 707/907 BI "E" sl 410
Ed San Marino - Asa Sul
70390-078 Brasília - DF-Brasil

Tel: +55 61 3242-8933

Este correio eletrônico foi enviado porque julgamos que os assuntos nele tratados são de seu interesse. Caso você não queira receber outras mensagens com notícias, por favor, envie, por meio de seu endereço de e-mail, uma mensagem com assunto "REMOVER" para o remetente.
